

HABEAS CORPUS Nº 638.399 - SP (2021/0000744-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : CARLA GRACIELE BARONI
ADVOGADO : CARLA GRACIELE BARONI - SP388065
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WELLINGTON VINICIUS DE SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON VINICIUS DE SANTANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que foi decretada a prisão temporária em desfavor do paciente para apurar a suposta prática de delitos tipificados na Lei n. 11.343/06 – "Operação Pancada".

A impetrante sustenta cerceamento de defesa, por não ter tido acesso aos autos, falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão temporária e ausência de indícios suficientes de autoria e de materialidade em relação ao paciente do crime supostamente cometido.

Ressalta o impetrante que "não há qualquer fundamento que mereça preservar esta prisão, visto que a defesa sequer pode examinar a fundamentação da decisão que decretou a prisão. Sendo assim ausente qualquer dos requisitos autorizadores da prisão temporária do Decreto Lei 7.960/89, bem como há claro cerceamento de defesa, devendo ser IMEDIATAMENTE revogada a prisão." (fl. 9).

Requer, em pedido liminar e no mérito, a revogação da prisão temporária do paciente. Subsidiariamente, pugna pela substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular, porquanto as decisões de primeira instância e do Tribunal de origem, revelam que a impetrante foi habilitada nos autos que tramitavam no plantão judiciário 0000109-64.2020.8.26.0567 e, quanto ao acesso aos processos em segredo de justiça, a habilitação deveria ser postulada diretamente ao juiz da causa.

Nesse, contexto, e tendo em vista o término do recesso forense, possibilitando a apreciação da habilitação pelo juízo natural, bem como a obtenção de peças que eventualmente faltaram à instrução do writ no Tribunal de origem, é inviável a apreciação pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente